

Atualidade econômicaEconomia Brasil

Governo nega desindexação da correção

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, assegurou ontem que está integralmente fora de cogitação, pelo governo, a fixação da correção monetária abaixo da inflação como primeira medida no caminho para desindexar a economia brasileira. Galvães reiterou que todo mundo sabe que a indexação da economia mantém a inflação elevada, mas confessou que "o governo não tem resposta para isso".

A proposta de fixação da correção monetária abaixo da inflação, lembrou fonte da área financeira, é defendida pelos monetaristas mais ortodoxos. A partir do desatrelamento das

correções monetária, cambial e salarial da inflação passada, seriam zeradas todas as contas (ativos e passivos), e a inflação futura é que passaria a servir de parâmetro para reajustar os preços. Os salários seriam corrigidos por livre negociação.

Existem pelo menos mais duas propostas para desindexar a economia brasileira, debatidas por empresários e economistas do setor privado. A considerada mais radical propõe um programa de ajustamento dos preços, por dois anos, dividido em duas etapas. Na primeira, de seis meses, seriam congelados os preços industriais e administrados, salários e valores dos ativos financeiros. Na segunda, de 18 meses, esses preços sofreriam reajustes de no máximo 1,5% ao mês.

Quanto aos salários, seriam concedidos abonos.

A terceira proposta, que teria maior respaldo na oposição, propõe de início a reformulação no mercado financeiro, para abrandar a excessiva liquidez dos ativos financeiros. Enfim, propostas existem, mas, como observam fontes do próprio governo, é necessário um forte apoio político para sua implementação. No atual governo, pelo menos, não se deve esperar nenhuma medida nesse sentido.

DIFICULDADES

Em rápido contato, ontem, com jornalistas, o ministro da Fazenda disse que não sabia se alguém do Fundo Monetário afirmava que a indexação mantém a inflação elevada. E observou: "A indexação generalizada

da economia brasileira, se não é causa fundamental, tende a perpetuar a inflação nos níveis atuais, dificulta nosso trabalho para fazê-la regredir mais rapidamente. Portanto, constrange a política monetária e os efeitos das medidas adotadas pelo governo se tornam mais lentos. O que não temos é resposta para isso", disse Galvães.

Quanto à correção monetária abaixo da inflação, insistiu o ministro que essa proposta não tem nenhum respaldo no governo. A correção monetária, criada em 1964, gradualmente estendeu-se à maioria dos ativos financeiros no mercado. Galvães lembrou que, para a desindexação, há outras implicações, e também outros conceitos.

Reiterou o ministro da Fa-

zenda que a retomada do crescimento da economia brasileira não depende de reformulação do orçamento monetário, ou seja, de alívio do arrocho monetário. E argumentou: "Acredito sinceramente que essa retomada já está a caminho. As medidas que foram adotadas, principalmente na área agrícola, mineração, exportações, já produziram bons resultados. A indústria de transformação cresceu; a safra agrícola será bastante favorável; o nível de desemprego, principalmente no ABC paulista, já há três meses não apresenta nenhum sinal negativo, pelo contrário, está melhorando e, em junho, houve mais 35 mil empregos em São Paulo; o consumo de energia elétrica industrial está satisfatório. Portanto, o caminho está aí".